



ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE, DE PELOTAS E DE PORTO ALEGRE

REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2022

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, realizou-se, em caráter ordinário, a segunda reunião conjunta em formato híbrido dos Conselhos de Autoridades Portuárias dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre, no Auditório da Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, com endereço à Rua Pr. Xavier Ferreira, nº 430, bairro Centro, na cidade do Rio Grande, sob a condução do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, Sr. Julio Cesar [REDACTED] (presencial), com a presença do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Pelotas, Sr. Vitor [REDACTED] (presencial) e do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre, Sr. Pedro Henrique [REDACTED] (presencial). A presente reunião foi secretariada pela Srta. Francielly [REDACTED] (presencial), Coordenadora de Colegiados da Portos RS, e contou com a participação dos **conselheiros representantes do CAP – Rio Grande**: Sr. Cláudio [REDACTED] (videoconferência) e Sra. Monique [REDACTED] (videoconferência), representantes da Marinha do Brasil; Sr. José Fernando [REDACTED] (presencial), representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Sr. Adail Fernando [REDACTED] (videoconferência), representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sr. Rui Eduardo [REDACTED] (presencial), Sr. Clênio [REDACTED] (presencial), Sr. Luiz Carlos [REDACTED] (presencial) e Sr. Cláudio Roberto [REDACTED] (presencial), representantes da Federação Nacional dos Portuários - FNP; Sr. Geder [REDACTED] (presencial), representante da Federação Nacional de Estivadores - FNE; Sr. Gilberto [REDACTED] (videoconferência), representante da Prefeitura Municipal do Rio Grande; Sr. Paulo Francisco [REDACTED] (presencial), representante da Receita Federal; Sr. Vidal Áureo [REDACTED] (presencial), representante do Sindicato dos Operadores Portuários do Rio Grande do Sul - SINDOP; Sr. Sérgio [REDACTED] (presencial), representante da Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Armadores de Navios, nas atividades Portuárias - FENCCOVID; Sra. Andrea [REDACTED] (videoconferência), representante Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Sr. Paulo Fernando [REDACTED] (presencial) e Sr. Henrique [REDACTED] (videoconferência), representantes da Administração do Porto do Rio Grande; com a participação dos **conselheiros representantes do CAP – Pelotas**: Sra. Monique [REDACTED] (videoconferência), representante da Marinha do Brasil; Sr. Adail Fernando [REDACTED] (videoconferência), representante da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Sr. Antônio Carlos [REDACTED] (presencial) e Sr. Marco Antônio [REDACTED] (presencial), representantes da Federação Nacional dos Portuários – FNP; Sr. Geder [REDACTED] (presencial), representante da Federação Nacional de Estivadores - FNE; Sr. Paulo Fernando [REDACTED] (presencial) e Sr. Cristiano [REDACTED] (presencial), representantes da Administração do Porto de Pelotas; com a participação dos **conselheiros representantes do CAP – Porto Alegre**: Sr. Átrio [REDACTED] (videoconferência), representantes da Marinha do Brasil; Sra. Andrea [REDACTED] (videoconferência), representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Paulo [REDACTED] (presencial), representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Sr. Silvío Otávio [REDACTED] (videoconferência), representante da Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Armadores de Navios, nas atividades Portuárias – FENCCOVIB; Sr. Antônio [REDACTED] (videoconferência), representante do Sindicato dos Operadores Portuários do Rio Grande do Sul – SINDOP; Sra. Jordana [REDACTED] (videoconferência), representante do Sindicato dos Operadores Portuários do Rio Grande do Sul – SINDOP e Sr. Paulo Fernando [REDACTED] (presencial) e Sr. Bruno [REDACTED] (videoconferência), representantes da Administração do Porto de Porto Alegre. Conforme autorização prévia dos Presidentes dos Conselhos de Autoridades Portuárias dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre, a presente reunião contou com a presença dos seguintes convidados: Sr. Sandro [REDACTED] (presencial), convidado permanente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – FECOMÉRCIO; Sra. Karen [REDACTED] (presencial), Sr. João Carlos [REDACTED] (presencial), Sr. Vinícius [REDACTED] (presencial), Sr. Carlos [REDACTED] (presencial), Sra. Larissa [REDACTED] (presencial) e Sra. Flávia [REDACTED] (presencial), convidados do representante da Administração do Porto do Rio Grande; Sr. Ronner [REDACTED] (presencial), Sr. Marcos [REDACTED] e Sr. Cláudio [REDACTED], convidados do representante da Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Armadores de Navios, nas atividades Portuárias – FENCCOVIB, para deliberar sobre a seguinte **PAUTA**: 1. Verificação de quórum e abertura da reunião; 2. Porto Hidroviário Mercosul; 3. Dragagem; 4. Revisão da Poligonal do Porto do Rio Grande; 5. Discussão sobre os impactos da alteração da NR-29; 6. Discussão sobre a situação dos trabalhadores que exerciam atividades para empresa especializada; 7. Solicitação de prazo para envio do representante dos trabalhadores da Estiva para a cadeira de trabalhadores do RS na empresa pública Portos RS; 8. Pleito de uma cadeira exclusiva para os Trabalhadores Portuários Avulsos junto à empresa pública Porto RS; e 9. Revisão do calendário das próximas reuniões do CAP para 2022. Assumindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Rio Grande, chamou à ordem o **primeiro item da pauta**, com a verificação do quórum de instalação da reunião. Depois de verificado o quórum de instalação à vista da lista de presença, o Sr. Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande deu por instalada a presente reunião. Dando sequência, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande chamou à ordem o segundo item da pauta, com a atualização das informações referentes ao Porto

Hidroviário Mercosul, solicitando ao Sr. Paulo Fernando [REDACTED], representante da Administração dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e Porto Alegre e Gerente de Planejamento e Desenvolvimento da Portos RS esclarecimentos sobre a pauta. Fazendo uso da palavra o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] esclareceu aos conselheiros que a pauta segue sendo monitorada periodicamente pelos órgãos competentes, podendo que a conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico e Ambiental – EVTEA irá proporcionar o estudo detalhado sobre a viabilidade do projeto e sobre a dragagem por equipes especializadas, tanto do lado brasileiro, quanto do lado uruguaio até o final do corrente ano. Continuando, o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] informou que no próximo dia trinta e um de agosto, na Expointer 2022, ocorrerá a reunião binacional com a presença de representantes do consulado uruguaio e de autoridades brasileiras para abordar sobre o tema. Retomando a palavra, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande informou aos presentes que já foram realizados contatos referentes a dúvidas quanto à implantação de terminais privados nesta região, esclarecendo que atualmente a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ preside um grupo de trabalho que conta com a participação da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA para alinhamento da pauta. Continuando, o Sr. Presidente do CAP – Rio Grande informou que na última reunião realizada pelo referido grupo foi sugerido à inclusão de representantes da Marinha do Brasil no processo de evolução dos estudos, visando que a mesma seja possa analisar e opinar sobre a viabilidade do projeto. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande abriu a palavra aos senhores conselheiros para suas considerações sobre o tema. Fazendo uso da palavra o Sr. Silvio Otávio [REDACTED], representante da FENCCOVIB questionou se a reunião a ser realizada na Expointer 2022 para tratativas do tema será aberta ao público. O Sr. Paulo Fernando [REDACTED] esclareceu que a reunião não será aberta ao público, devendo contar com a presença de quarenta convidados. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **terceiro item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros o tema referente à dragagem, solicitando ao Sr. Cristiano [REDACTED], representante da Administração do Porto de Pelotas e Presidente da Portos RS e ao Sr. Henrique [REDACTED] representante da Administração do Porto do Rio Grande e Diretor de Meio Ambiente da Portos RS esclarecimentos sobre a pauta. Fazendo uso da palavra o Sr. Cristiano [REDACTED] esclareceu aos conselheiros que o processo licitatório referente à batimetria se encontra no prazo de habilitação e validação de documentos, enquanto que o processo licitatório referente à dragagem se encontra que na fase de elaboração do termo de referência e dos demais documentos necessários para o trâmite do processo. Continuando, o Sr. Cristiano [REDACTED] destacou que, em paralelo a elaboração do processo licitatório da dragagem, há a necessidade da discussão sobre a licença ambiental da dragagem do canal de acesso, bem como a necessidade nos avanços das tratativas sobre a dragagem nos berços dos terminais. O Sr. Henrique [REDACTED] esclareceu que findado todos os trâmites licitatórios necessários a dragagem de aproximadamente dois milhões de metros cúbicos, deverá começar no final do mês de outubro do corrente ano, ponderando a existência de prazo para a realização da mesma, bem como a vedação de realização do procedimento de dragagem durante o verão. O Sr.

Henrique [REDACTED] informou que o Conselho de Gestão Ambiental, formado por representantes de todos os terminais, realizará uma reunião na próxima quarta-feira para debater sobre a batimetria e a dragagem. Fazendo uso da palavra, o Sr. Vidal Áureo [REDACTED], representante do SINDOP questionou sobre o projeto de modernização do cais público o qual pretendia oportunizar o avanço nas dragagens de maior profundidade e maiores operações, levando em consideração o alargamento da área de manobra frente ao cais público. O Sr. Henrique [REDACTED] esclareceu que a ideia inicial é a resolução do problema de alargamento da ilha em direção ao canal de acesso durante a realização das dragagens para posteriormente, solicitar o licenciamento de dragagens internas em conformidade com as exigências exigidas pelo IBAMA. Fazendo uso da palavra, o Sr. Clênio [REDACTED], representante da FNP questionou se a realização de uma bacia de evolução em frente ao TECON poderia implicar em dificuldades quanto à autorização para a realização da dragagem de manutenção. O Sr. Henrique [REDACTED] esclareceu que a solicitação foi realizada para o IBAMA e que, pela forma em que canal se movimentou desde a última dragagem, pode se compreender que o alargamento lateral do canal será muito menor em comparação aos volumes anteriores, o que oportunizará a realização de um processo simplificado de referente à bacia de evolução em relação ao IBAMA. Fazendo uso da palavra, o Sr. Sérgio [REDACTED], representante da FENCCOVIB questionou sobre a presença de algum representante do IBAMA na presente reunião. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu não haver representante do IBAMA nos Conselhos de Autoridades Portuárias dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre, podendo sua presença ser requisitada como convidado, caso haja necessidade. Retomando a palavra, o Sr. Cristiano [REDACTED] prestou esclarecimentos sobre a dragagem na hidrovia, destacando que na última semana foi realizada reunião com o Secretário responsável pela pasta no Estado do Rio Grande do Sul para tratar sobre o tema, de forma a buscar esforços para a disponibilização de recursos para a realização da dragagem da hidrovia, ponderando ocorrer o compartilhamento das responsabilidades sobre a hidrovia, restando a Portos RS a responsabilidade sobre o transporte de cargas e a Secretaria as demais responsabilidades. Fazendo uso da palavra, a Sra. Andrea [REDACTED], representante Governo do Estado do Rio Grande do Sul informou que está analisando e alinhando a pauta referente à dragagem da hidrovia conjuntamente com o Gerente Jurídico da Portos RS, destacando que se caracterizada a situação emergencial devido a estiagem que está prevista para o Estado nos próximos meses será possível a dispensa de licitação no processo licitatório referente a dragagem da hidrovia, passando o rito adequado ser o chamamento público, baseado em normativa da CAGE. Retomando a palavra, o Sr. Cristiano [REDACTED] esclareceu que já possui a licença ambiental para a realização da dragagem na hidrovia, restando ainda à autorização da FEPAM para a execução da obra. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **quarto item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros a Revisão da Poligonal do Porto do Rio Grande, solicitando ao Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Pelotas, Sr. Vitor [REDACTED] esclarecimentos sobre a pauta. Fazendo uso da palavra, o Sr. Vitor [REDACTED] esclareceu aos senhores conselheiros que foi solicitada a inclusão desta pauta de forma a prestar ciência aos

senhores sobre a existência da demanda na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA para a realização de ajustes pontuais no que concerne a poligonal do Porto do Rio Grande. O Sr. Vitor [REDACTED] esclareceu que poligonal configura a delimitação da jurisdição do porto e, de acordo com a Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, a atribuição para a referida delimitação é do Presidente da República, tendo sido delegada para o Ministro da Infraestrutura, através de portaria. Continuando, o Sr. Vitor [REDACTED] expôs que o objetivo da poligonal é oferecer segurança jurídica para a área do porto na forma em que delimita o objeto da administração do porto ou da autoridade portuária. Ponderou que o processo de revisão ou alteração da poligonal pode partir do Ministério da Infraestrutura ou, neste caso, pela autoridade portuária, informando que o processo se encontra na fase de instrução técnica e em breve estará disponível para consulta pública para a manifestação de todos, através da plataforma do Governo Federal denominada “consulta mais Brasil”. Dando continuidade, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande concedeu a palavra para a Gerente de Engenharia da Portos RS, Sra. Karen [REDACTED] para os esclarecimentos necessários sobre o processo de revisão da poligonal do Porto do Rio Grande. Fazendo uso da palavra, a Sra. Karen [REDACTED] apresentou a nota técnica elaborada pela Portos RS, a qual seguiu o padrão de contextualização e toda a legislação pertinente necessária, e que sugere alterações pontuais nas áreas referentes ao “Pátio das Ferrovias”, “Pátio Triângulo”, “Posto de Combustíveis” e um pequeno ajuste na área sul do cais público, destacando que os dois pátios estão inseridos dentro do porto organizado, mas em áreas residenciais, causando desconfortos com a comunidade devido as atividades laborais realizadas pelo porto nestes locais. Continuando, a Sra. Karen [REDACTED] destacou que o porto não irá abrir mão da titularidade destes locais, apenas solicita que seja realizada a revisão sobre a jurisdição do porto, de modo a permitir que a legislação municipal utilize o espaço para atividades correlatas a portuária, de modo a ofertar menos impactos nas comunidades locais. Quanto à área referente ao “Posto de Combustíveis” a Sra. Karen [REDACTED] informou que é uma área privada, a qual foi identificada uma matrícula no Registro de Imóveis com a titularidade de terceiros, o que contraria a Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, que prevê que as áreas privadas não devem estar dentro da poligonal. A Sra. Karen [REDACTED] explicou sobre o armazém da antiga QGI, informando que o mesmo é lindeiro ao porto e se encontra sem utilização no momento, possuindo as mesmas características dos nossos armazéns e que, devido a estes fatores existe a possibilidade de agregar o mesmo para execução de atividades portuárias e para o uso público. Por fim, a Sra. Karen [REDACTED] esclareceu que todo o material apresentado estará disponível na consulta pública e quaisquer dúvidas referentes à revisão da poligonal do porto do Rio Grande serão respondidas pela Portos RS e pelo Ministério da Infraestrutura. Fazendo uso da palavra, o Sr. Vidal Áureo [REDACTED], representante do SINDOP questionou se a iniciativa de abrir mão dessas áreas foi da administração do Porto. A Sra. Karen [REDACTED] explicou que o porto não está abrindo mão da área e sim permitindo que o mercado estabeleça atividades correlatas as atividades portuárias com menores impactos. Fazendo uso da palavra, a Sra. Andrea [REDACTED], representante Governo do Estado do Rio Grande do Sul recordou que nos anos de 2003 e 2004, durante o Governo Rigotto, houve a alteração da poligonal do porto do Rio Grande em razão de uma área

que envolvia a antiga Bunge e um dos estaleiros, não estar diretamente ligados à atividade essencialmente portuária e após estudos realizados os estudos necessários se retirou a referida área da poligonal. Retomando a palavra, o Sr. Vidal Áureo [REDACTED], representante do SINDOP esclareceu aos conselheiros que era o Superintendente na quando ocorreu a revisão da poligonal citada pela conselheira Andrea [REDACTED] e que se mostrou compreensivo ao que foi anteriormente explicado pela Sra. Karen [REDACTED] quando a não exclusão da área e sim a oportunidade de uma utilização da mesma. Fazendo uso da palavra, o Sr. Clênio [REDACTED], representante da FNP demonstrou sua preocupação no que concerne a retirada de áreas da poligonal do porto do Rio Grande, pois, no seu entendimento, afetaria a questão da mão-de-obra, uma vez que as operações correlatas não têm a mesma responsabilidade que a área primária frente aos trabalhadores portuários. Fazendo uso da palavra, o Sr. Cláudio [REDACTED], convidado do representante da FENCCOVIB e Presidente do Sindicato dos Arrumadores do Rio Grande, demonstrou sua preocupação com a inclusão do trabalhador portuário avulso nessas pautas que afetam diretamente a sua atividade laboral, solicitando que qualquer modificação realizada pela Portos RS seja informada aos TPAs de forma que os mesmos possam opinar sobre o assunto. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **quinto item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros os impactos da alteração da NR-29, solicitando ao Gerente de Saúde e Segurança no Trabalho da Portos RS, Sr. João Carlos [REDACTED] a apresentação da pauta. Fazendo uso da palavra, o Sr. João Carlos [REDACTED] apresentou o material elaborado referente às alterações da NR-29 e informou que as referidas alterações entrarão em vigor a partir do dia primeiro de setembro de dois mil e vinte e dois. Após toda a explicação e demonstração das alterações o Sr. João Carlos [REDACTED], concluiu informando aos senhores conselheiros que os próximos passos referentes à NR-29 no porto do Rio Grande serão a criação de grupo de trabalho especializado, o mapeamento das principais medidas e adequações, a elaboração do cronograma de ações, a realização de reuniões com os operadores portuários e reunião com o Ministério Público do Trabalho. Fazendo uso da palavra, a Sra. Jordana [REDACTED] [REDACTED], representante do SINDOP demonstrou bastante preocupação com as alterações da NR-29 e questionou como ficaria a operação no porto de Porto Alegre caso a documentação referente aos guindastes de bordo não estejam regularizadas. Retomando a palavra, o Sr. João Carlos [REDACTED] informou que para a operação ter início os documentos deverão estar regularizados, sugerindo que os operadores portuários solicitem as agências ou representantes legais a documentação necessária para ter a certeza de que o navio se encontra em condições de operação em conformidade com a NR-29, destacando que caso não estejam em conformidade à operação não poderá acontecer. Fazendo uso da palavra, o Sr. Antônio Carlos [REDACTED], representante da FNP questionou como a autoridade portuária pretende realizar a fiscalização do cumprimento da referida normativa. Retomando a palavra, o Sr. João Carlos [REDACTED] informou que a Portos RS conta com equipes multidisciplinares e que a fiscalização já ocorre por parte de sua gerência com o apoio da guarda portuária quando necessário, ponderando que será elaborado o Plano de Fiscalização Anual conjuntamente com a Diretoria de Meio Ambiente e Gerência de Segurança do Trabalho que irá adotar o

cronograma e a melhor forma de fiscalização da normativa. Retomando a palavra, a Sra. Jordana [REDACTED], representante do SINDOP solicitou a disponibilização do material apresentado, o que foi aquiescido pelos demais conselheiros. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **sexto item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros a pauta requisitada na última reunião do colegiado referente à situação dos trabalhadores que exerciam atividades para empresa especializada, solicitando ao Sr. Sérgio [REDACTED], representante da FENCCOVB o esclarecimento sobre a pauta. Fazendo uso da palavra, o Sr. Sérgio [REDACTED] esclareceu que a pauta foi sugerida devido à preocupação dos trabalhadores portuários avulsos sobre as atividades que eram realizadas por eles através de empresa especializada, destacando que anteriormente havia mais de oitenta requisições diárias dentro do porto e hoje diminuiu para menos de trinta requisições e questionando com quem ficarão as atividades de atracação e desatracação, se ficará com a Portos RS, com agências ou com os operadores portuários. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] informou aos conselheiros que a pauta tem sido sistematicamente tratada e por não haver entendimento com quem deveria por lei contratar esse serviço de amarração e desamarração, a Portos RS decidiu renovar por mais cento e vinte dias para que a categoria junto com quem realmente tenha que requisitar a atividade defina as formas de realizar, ponderando que o porto possui o maior interesse em que se obtenha um acordo para todas as partes envolvidas. Fazendo uso da palavra, o Sr. Ronner [REDACTED] convidado do representante da FENCCOVB e procurador jurídico do Sindicato dos Arrumadores e Portuários considerou aos presentes sobre a necessidade de abordar com o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] a pauta relacionada à realocação do pessoal que foi dispensado da empresa especializada, informando que nos portos de Pelotas e Porto Alegre ocorreu a realocação de pessoal. Retomando a palavra, o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] esclareceu que havia ficado acordado com o Sr. Cláudio [REDACTED] a necessidade de elencar qual o pessoal com idade mais avançada e encaminhar para o porto, para que seja analisado visando à solução da faina. Fazendo uso da palavra, o Sr. Silvio Otávio [REDACTED], representante da FENCCOVB informou que na capatazia de Porto Alegre ocorreu uma situação semelhante à exposta e demonstrou sua preocupação com o desamparo aos trabalhadores portuários avulsos que exerceram suas atividades por anos nos portos e agora estão caindo no esquecimento, e solicitou que seja comunicado sobre quaisquer reunião que for tratar sobre o tema. Fazendo uso da palavra, o Sr. Cláudio [REDACTED] convidado do representante da FENCCOVB e Presidente do Sindicato dos Arrumadores do Rio Grande, solicitou um pouco mais de compreensão e diálogo por parte do porto com os trabalhadores portuários avulsos. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **sétimo item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros a solicitação de prazo para envio do representante dos trabalhadores da Estiva para a cadeira de trabalhadores do RS na empresa pública Portos RS. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu aos presentes que a pauta já foi discutida na última reunião conjunta dos Conselhos de Autoridades Portuárias. O Sr. Geder [REDACTED], representante da FNE informou que houve um erro de correspondência na última reunião

do CAP o que acarretou no não recebimento da convocação para a mesma. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu que, através de verificação realizada pela Secretaria Executiva do CAP, houve o envio da convocação para o email informado pelo membro titular e pelo membro suplente representantes da FNE e para o *whatsapp* de ambos. Retomando a palavra o Sr. Geder [REDACTED], representante da FNE ponderou sobre a necessidade de uma melhor comunicação entre a Portos RS e os trabalhadores portuários avulsos, informando que qualquer decisão tomada pela Empresa que cause qualquer incomodo ao trabalhador portuário avulso fará com que os sindicatos se reúnam, podendo acarretar em problemas nas operações do porto do Rio Grande. Continuando, o Sr. Geder [REDACTED] destacou a necessidade de diferenciação de representação do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso no Conselho de Administração, solicitando que seja criada uma cadeira para o TPA, questionando se a Portos RS fez algum posicionamento sobre a pauta. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu que o processo de indicação dos nomes informados na última reunião do colegiado está em andamento e atualmente se encontra na Assessoria Técnica Superior da Casa Civil para apreciação. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] declarou que o pleito é legítimo, mas salientou que deve haver uma mudança na legislação, declarando não encontrar óbices no seu entendimento, quanto à disponibilização de mais uma cadeira para a classe empresarial e para a classe trabalhadora, passando o Conselho de Administração a ter onze membros. Fazendo uso da palavra, a Sra. Andrea [REDACTED], representante Governo do Estado do Rio Grande do Sul informou aos presentes que o Sr. Ronner [REDACTED], advogado do Sindicato dos Arrumadores e Portuários do Rio Grande e São José do Norte solicitou uma reunião a ser realizada na próxima segunda-feira visando alinhar as pautas jurídicas afetas a esse tema. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu sobre a necessidade dos trabalhadores portuários avulsos chegarem à indicação de um nome para indicação, devendo o tema retornar para a pauta em momento oportuno. Em seguida, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **oitavo item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros o pleito de uma cadeira exclusiva para os Trabalhadores Portuários Avulsos junto à empresa pública Porto RS. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande esclareceu que, conforme informado na última reunião do colegiado foi encaminhado um ofício para o Governador do Estado solicitando a viabilidade de uma cadeira para o trabalhador portuário avulso no Conselho de Administração da Portos RS e informou que o mesmo se encontra para análise resposta na Casa Civil. Por fim, o Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande, apresentou o **nono e último item da pauta**, colocando à apreciação dos senhores conselheiros a revisão do calendário das próximas reuniões dos Conselhos de Autoridades Portuárias dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre para dois mil e vinte e dois. O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande informou que por questões laborais e de agenda na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários haverá a necessidade de revisão sobre as datas das próximas reuniões do colegiados, anteriormente agendadas para sete de

outubro de dois mil e vinte e dois na cidade de Porto Alegre e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois na cidade de Pelotas, sugerindo que a próxima reunião permaneça no dia sete de outubro e subsequente seja marcada e informada assim o mais breve possível. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande concedeu a palavra aos conselheiros para suas considerações. Fazendo uso da palavra, Sr. Geder [REDACTED], representante da FNE questionou sobre o processo de alfandegamento da área do RIG-19. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Francisco [REDACTED], representante da Receita Federal esclareceu que o processo de alfandegamento da área do RIG-19 foi encaminhado para a Superintendência de Porto Alegre com todas as exigências cumpridas e com parecer positivo para a realização do mesmo, e destacou que nos próximos quinze dias deverá ser emitido o ato declaratório de alfandegamento da área. Fazendo uso da palavra, o Sr. Vidal Áureo [REDACTED], representante do SINDOP ponderou a necessidade que a comunidade portuária obtenha informações mais precisas sobre o que está sendo e o que será realizado na área a ser alfandegada, inclusive quanto aos investimentos da área, solicitando esclarecimentos referentes às condicionantes para execução das atividades. Retomando a palavra, o Sr. Paulo Fernando [REDACTED] aquiesceu com o solicitado pelo Sr. Vidal Áureo [REDACTED] e requereu que na próxima reunião do colegiado a pauta seja abordada separadamente devido à sua relevância. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do Rio Grande deu por encerrada a presente reunião, sendo lavrada, lida e aprovada a presente ata, que vai assinada por mim, Francielly [REDACTED], Secretaria Executiva, e pelos Presidentes dos Conselhos de Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre.

Documento assinado digitalmente
 JULIO CESAR [REDACTED]
Data: 29/09/2022 16:19:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Julio Cesar [REDACTED]
Presidente do CAP – Rio Grande

Documento assinado digitalmente
 VITOR [REDACTED]
Data: 29/09/2022 15:43:55-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Vitor [REDACTED]
Presidente do CAP – Pelotas

Documento assinado digitalmente
 PEDRO HENRIQUE [REDACTED]
Data: 29/09/2022 15:38:57-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Pedro Henrique [REDACTED]
Presidente do CAP – Porto Alegre

Documento assinado digitalmente
 FRANCIELLY [REDACTED]
Data: 29/09/2022 16:41:10-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Francielly [REDACTED]
Secretaria Executiva dos CAPs